



PREFEITURA DO  
RECIFE

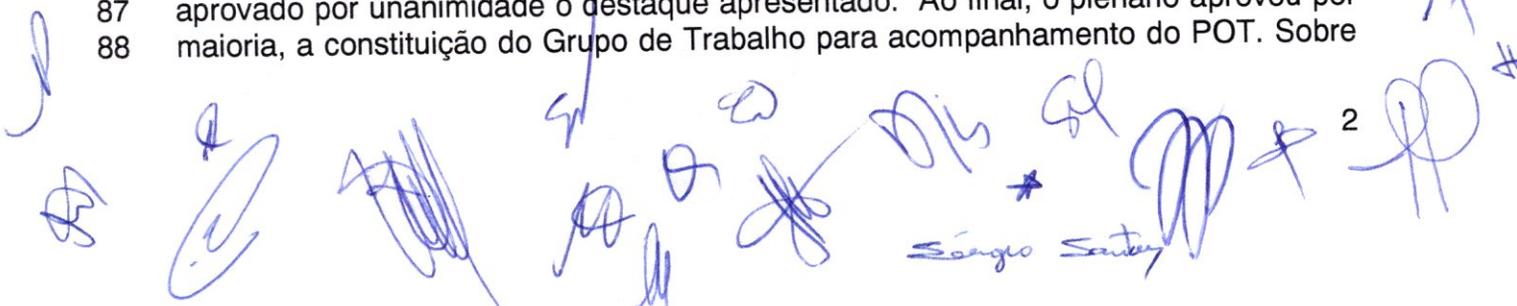
### CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife  
Dia 04 de maio de 2018

1 Às 9h40, do dia 04 de maio de 2018, no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura  
2 do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se  
3 o Conselho da Cidade do Recife para a 14ª Reunião Ordinária, para tratar das  
4 seguintes pautas: Aprovação da Minuta de resolução para criação do Grupo de  
5 Trabalho do POT, Formação do Grupo de Trabalho do POT e Apresentação do  
6 relatório da Câmara Técnica de Planejamento sobre a proposta de regulamentação  
7 do EIV. Os nomes dos conselheiros presentes se encontram ao final desta Ata. Após  
8 verificar o quórum com a presença de 37 conselheiros entre titulares e suplentes,  
9 Antônio Alexandre (Poder Público) declarou aberta a plenária do Conselho.  
10 Apresentou sugestão de pauta, e conduziu aprovação da ata redigida na reunião  
11 anterior. Consultou se os conselheiros teriam alguma consideração a fazer sobre a  
12 ata, não havendo nenhuma, foi aprovada por unanimidade. Explicou que a pauta da  
13 reunião foi sugerida anteriormente e deriva do trabalho da Câmara Técnica. Fez uma  
14 leitura da pauta e propôs a inclusão do novo item nesta: proposta de minuta de  
15 projeto de lei que define uma regulamentação transitória para haver encaminhamento  
16 de discussão no CONCIDADE, o ZECIP, que será apresentado pelo ICPS. Leonardo  
17 Cisneiros (DU) solicitou a inclusão do projeto de requalificação da Avenida Conde da  
18 Boa Vista na pauta. Antônio Alexandre (Poder Público) perguntou se algum  
19 conselheiro teria mais alguma sugestão para a pauta, não havendo manifestações,  
20 considerou aprovada a pauta apresentada. Iniciou com o primeiro ponto de pauta:  
21 Apresentação da minuta de resolução para constituição do Grupo de Trabalho para  
22 acompanhamento do POT. Glória Brandão (Poder Público) apresentou a minuta fruto  
23 de discussão da Câmara Técnica de Planejamento. Destacou que o Grupo de  
24 Trabalho tem o prazo de funcionamento de 12 meses, sendo a resolução  
25 homologada pelo Conselho da Cidade. No decorrer da leitura, apresentou os  
26 destaques feitos por membros da Câmara Técnica de Planejamento. Repassou que  
27 foi sugestão da Câmara escolher em plenária os representantes do segmento social  
28 que participarão do Grupo de Trabalho. Ressaltou que os representantes do Poder  
29 Público serão indicados pelos posteriormente pelo Prefeito Geraldo Julio. Concluída a  
30 leitura, foram apresentados os destaques vindos da Câmara Técnica de  
31 Planejamento. Antônio Alexandre (Poder Público) consultou se a plenária teria mais  
32 algum destaque a fazer. Giancarlo Costa (MLRT) solicitou a palavra para  
33 esclarecimentos referentes ao direito à voz. Questionou se tanto o representante  
34 como seu suplente, se ambos estiverem presentes na reunião, terão direito à voz.  
35 Sendo confirmado por Antônio Alexandre (Poder Público) que sim. Este retomou os  
36 destaques, consultando a plenária se há pessoas contrárias ao primeiro destaque  
37 apresentado, sendo aprovado por unanimidade. O segundo destaque diz respeito à  
38 fiscalização dos contratos por meio de relatórios periódicos. Solicitou que Leonardo  
39 Cisneiros (DU) defendesse o destaque registrado na Câmara Técnica de  
40 Planejamento. Este argumentou que podem ocorrer problemas no processo de  
41 execução do trabalho, que o Grupo de Trabalho deve acompanhar o andamento,  
42 sendo esta forma mais um requisito de transparência para o acompanhamento do  
43 Conselho da Cidade, sobretudo no que se refere ao cumprimento do contrato, em  
44 tempo e execução. Antônio Alexandre (Poder Público) defendeu que o destaque deva

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife**  
**Dia 04 de maio de 2018**

45 ser suprimido, pois essa atribuição é exclusiva do poder executivo, significando um  
46 ato administrativo, que já está submetido aos vários órgãos do controle. Entende que  
47 este destaque foge a competência do CONCIDADE. Avalia que essa questão não vai  
48 ampliar o processo participativo e de transparência. Giancarlo Costa (MLRT) solicitou  
49 a palavra para defender a manutenção do destaque, pois avalia que esta  
50 recomendação contribui com a transparência do processo. Solicitou que fosse  
51 apresentada a lei que impede tal atribuição ao CONCIDADE. Rodrigo Barbosa (Ponto  
52 de Cultura Espaço Livre do Coque) defendeu que muitos contratos não são  
53 fiscalizados e apresentam problemas na execução. Lembrou a ocorrência em relação  
54 às obras, pois há diversas ocasiões em que o contrato acaba e a obra não é  
55 concluída. Andréa Galiza (Poder Público) informou que a lei de licitação estabelece  
56 que cada contrato tenha um gestor e um servidor responsáveis designados pela  
57 Prefeitura da Cidade do Recife. Avaliou que o CONCIDADE não teria esse papel,  
58 pois são questões da responsabilidade do poder público. Informou que a  
59 transparência é garantida, pois o resultado deverá ser apresentado ao Grupo de  
60 Trabalho e ao Conselho da Cidade. Ronaldo Coelho (HABITAT) defendeu que o  
61 Grupo de Trabalho está solicitando um relatório periódico do processo de execução  
62 da empresa contratada. Avaliou que a questão é simples e não é ilegal. Glória  
63 Brandão (Poder Público) defendeu que do ponto de vista jurídico há uma distorção,  
64 pois o que está escrito extrapola a competência do Conselho da Cidade. Informou  
65 que ao poder público, cabe o gerenciamento de um contrato com ônus e bônus.  
66 Ressaltou que essa questão se refere ao direito administrativo, devendo, portanto,  
67 não ser confundida com participação ou transparência. Leonardo Cisneiros (DU)  
68 solicitou a palavra, repassando para André Araripe (Gabinete do Vereador Ivan  
69 Moraes) que fizesse uma fala. Este argumentou que o controle social tem amparo  
70 legal para ser exercido. Lembrou que muitas vezes a informação é solicitada ao  
71 poder público e não se é atendida. Enfatizou que a solicitação é somente o  
72 acompanhamento por meio de relatórios. Antônio Alexandre (Poder Público) lembrou  
73 que na minuta do Grupo de Trabalho tem definido que é atribuição desta instância,  
74 solicitar informação em tempo hábil. Sandra Pires (OAB) solicitou a palavra.  
75 Considerou que as posições de Andréa Galiza (Poder Público) e de Glória Brandão  
76 (Poder Público) são pertinentes, considerando a redação do texto apresentado.  
77 Sugeriu que a redação fosse refeita com o sentido de colocar apenas o  
78 acompanhamento dos relatórios. Roberto Salomão (CAU) defendeu que a redação  
79 gera a divisão do grupo, podendo ser substituída a palavra "fiscalizar" por  
80 "acompanhar". Antônio Alexandre (Poder Público) defendeu que a Prefeitura da  
81 Cidade do Recife não concorda com esse parágrafo e avaliou que deva ser  
82 suprimido. Colocou em votação, sendo: Proposta número 1 - aprovação do destaque  
83 e Proposta número 2 - não manter o destaque. Com 20 votos contra o destaque, 8  
84 votos a favor do destaque, 1 abstenção e 16 ausências, o destaque foi rejeitado pela  
85 plenária do Conselho da Cidade. Posteriormente, um segundo destaque foi  
86 apresentado, sendo consultado ao plenário se há conselheiros contrários, sendo  
87 aprovado por unanimidade o destaque apresentado. Ao final, o plenário aprovou por  
88 maioria, a constituição do Grupo de Trabalho para acompanhamento do POT. Sobre



**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife**  
**Dia 04 de maio de 2018**

89 a indicação para apresentação dos segmentos, deverá ser apresentada para a  
90 aprovação do plenário ate o final da reunião. Antônio Alexandre (Poder Público)  
91 passou para o segundo ponto de pauta: Apresentação do relatório da Câmara  
92 Técnica de Planejamento sobre a proposta de regulamentação do EIV. A leitura foi  
93 realizada por José Fernandes (Poder Público). Posteriormente, Antônio Alexandre  
94 (Poder Público) agradeceu a leitura do documento e deu prosseguimento à reunião,  
95 sugerindo que os conselheiros leiam o relatório de 20 páginas, que se encontra no  
96 site do Conselho da Cidade do Recife. Informou que esse relatório contém 10  
97 destaques feitos pela Câmara Técnica de Planejamento e sugere uma apreciação  
98 atenta dos conselheiros. Consultou o plenário para verificar se aprovam o  
99 encaminhamento dado pela Câmara Técnica de Planejamento, para abertura dessa  
100 discussão na próxima reunião do conselho, sendo posteriormente aprovado por  
101 todos. Antônio Alexandre (Poder Público) solicitou que João Domingos (Poder  
102 Público) apresentasse o terceiro ponto de pauta, sugerido pelo poder público. Este  
103 apresentou projeto de lei sobre ZECF - Zona Especial do Centro Principal, que  
104 contempla todo o centro do Recife e o Quadrilátero de Santo Amaro, contemplado na  
105 Lei 16.176/96. Informou que o projeto será apresentado em outros fóruns do  
106 conselho. Antônio Alexandre (Poder Público) ressaltou que existem territórios da  
107 cidade que ainda não podem conviver com parâmetros desenvolvidos em outras  
108 épocas. Afirmou que a revisão de toda a legislação será feita no Plano de  
109 Ordenamento Territorial, mas existem estudos já desenvolvidos na ZECF, que  
110 requerem revisão dos parâmetros urbanísticos anteriormente aprovados. Daí a  
111 proposta de adotar os parâmetros para a ZAC moderada, sendo que esse projeto de  
112 lei, não deverá invalidar as definições decorrentes da revisão do POT. Ressaltou que  
113 essa discussão deverá ser aprofundada na próxima reunião do CONCIDADE. Abriu a  
114 palavra para considerações sobre o encaminhamento apresentado. Sandro Guedes  
115 (ADEMI/PE) considerou que de fato havia uma sobreposição de plano, com regras  
116 conflitantes, que dificultam o planejamento. Enfatizou que ocorreu um incentivo à  
117 ocupação do centro. Considerou que a discussão não pode pautar somente o  
118 coeficiente construtivo. Avaliou também que as regras adotadas não podem  
119 considerar igual condição para outras áreas da cidade. Solicitou que essa discussão  
120 seja feita junto a ADEMI/PE. Socorro Leite (HABITAT) considerou que essa discussão  
121 deveria ter passado anteriormente pela Câmara de Planejamento. Enfatizou que  
122 existem outras formas de salvaguardar a cidade no momento de revisão do Plano  
123 Diretor e outras leis referentes ao ordenamento territorial. Repassou a palavra para  
124 Fernanda Costa (IBDU). Esta considerou ser matéria pertinente ao Plano Diretor e  
125 que não deveria ser encaminhada de forma destacada. Avalia que essa questão  
126 encaminhada separadamente pode esvaziar a revisão do referido plano. Sugeriu que  
127 a Prefeitura da Cidade do Recife possa utilizar o congelamento para essa área, como  
128 já fez anteriormente. Propôs que a Prefeitura elaborasse uma regra de transição para  
129 toda a cidade, enquanto se realiza a revisão do Plano Diretor. Informou que o  
130 Ministério Público do Estado de São Paulo está entrando com uma ação contra o  
131 direito de protocolo, podendo esse material ser disponibilizado para a Prefeitura da  
132 Cidade do Recife. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) concordou com a avaliação de

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'L', 'S', and 'DR']*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including 'Sandro Santos' and '3']*

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife**  
**Dia 04 de maio de 2018**

133 Sandro Guedes (ADEMI/PE) e considerou que os investimentos para a classe média  
134 são muito importantes neste momento, discordando da grande quantidade de  
135 terrenos congelados. Exemplificou Santo Amaro. Avaliou que o solo deve ser liberado  
136 para a moradia, dada as condições de infraestrutura existentes. Norah Neves (Poder  
137 Público) questionou sobre os argumentos levantados por Fernanda Costa (IBDU),  
138 pois avalia que essa questão deva ser encaminhada, como está sugerida, mesmo  
139 antes de concluir a elaboração do Plano Diretor. Exemplificou que do ponto de vista  
140 da ZEIS, já se encontram efetivadas algumas mudanças para ampliação dos  
141 perímetros, que também é matéria de revisão do Plano Diretor. Ressaltou que essa  
142 discussão está sendo democrática, pois acontece no ambiente do CONCIDADE.  
143 Leonardo Cisneiros (DU) argumentou que medidas de salvaguarda e diminuição da  
144 sobrecarga são possíveis, pois desde 2010 se discute essa área da cidade.  
145 Ressaltou que esta discussão deva ser levada para a Câmara Técnica de  
146 Planejamento e ser incluído na discussão o Direito do Protocolo. Paulo André (OLMP)  
147 argumentou sobre a visão popular, destacando que no bairro de Santo Amaro e em  
148 outros bairros carentes, é preciso um maior cuidado. Acredita que essa discussão  
149 deva ser realizada junto com o Plano Diretor. João Domingos (Poder Público)  
150 esclareceu que a legislação em vigor para o Quadrilátero de Santo Amaro, onde o  
151 coeficiente é de 5,5, ocorreu o congelamento, mas há projetos aprovados que não  
152 foram executados. Avalia que essa discussão deva ser feita o quanto antes, podendo  
153 ser realizada na Câmara Técnica de Planejamento. Antônio Alexandre (Poder  
154 Público) ressaltou que esse projeto não está na Câmara e o que se quer é definir os  
155 parâmetros para salvaguardar, e posteriormente consolidar com o Plano Diretor.  
156 Propôs como encaminhamento, marcar uma reunião da Câmara Técnica de  
157 Planejamento para amadurecer a discussão desse projeto. Repassou a palavra para  
158 o Vereador Ivan Moraes, este colocou que essa discussão é emergente, dada a  
159 desproteção do Quadrilátero. Sugeriu que a Prefeitura da Cidade do Recife faça um  
160 novo decreto, mesmo temporário, de modo a aguardar as definições das regras de  
161 transição, pois caso não se tenha proteção imediata, essa área pode sofrer alteração  
162 que inviabilizará o próprio Plano Diretor. Antônio Alexandre (Poder Público)  
163 argumentou que a preocupação no momento é regulamentar as formas de  
164 investimento nesse local. Ronaldo Coelho (HABITAT) perguntou se esse projeto será  
165 apresentado ao CDU, sendo informado que não. João Domingos (Poder Público)  
166 propôs uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento para a próxima quarta-  
167 feira, às 9h da manhã. Leonardo Cisneiros (DU) apresentou o último ponto de pauta  
168 que se refere ao projeto de requalificação da Avenida Conde da Boa Vista. Solicitou  
169 que esse projeto seja apresentado ao Conselho da Cidade. Leu o e-mail enviado à  
170 SEPLAN, o qual solicita informações sobre a referida qualificação. Ressaltou que  
171 este projeto tem relação direta com a mobilidade e com o planejamento urbano da  
172 cidade, além de ser uma área historicamente com muitos conflitos. Argumentou que  
173 essa obra deverá impactar várias questões de interesse da população. Antônio  
174 Alexandre (Poder Público) informou que este projeto está sendo elaborado pela  
175 Secretaria de Infraestrutura e poderá ser apresentado ao Conselho da Cidade.  
176 Informou que por ser um projeto de requalificação, não significando uma obra física,

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'DR' and '4']*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including 'Sergio Sant' and '4']*

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife**  
**Dia 04 de maio de 2018**

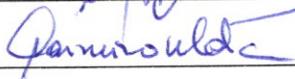
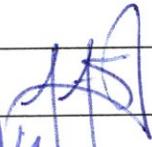
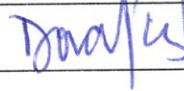
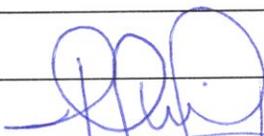
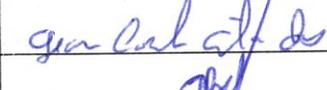
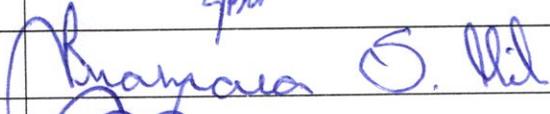
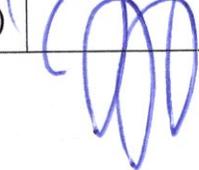
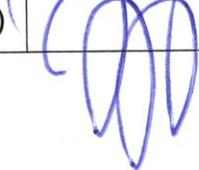
177 não caracterizando como um projeto de impacto. Confirmou que deverá solicitar a  
178 apresentação do projeto ao CONCIDADE. Maurício Pina (Poder Público) informou  
179 que está contribuindo com a elaboração do projeto de requalificação da Avenida  
180 Conde da Boa Vista. Antônio Alexandre (Poder Público) retomou os  
181 encaminhamentos, confirmando que o projeto será apresentado à plenária do  
182 Conselho. Fernando Holanda (RAPS) solicitou encaminhar uma questão de ordem.  
183 Esclareceu que o CONCIDADE tem vagas para participação de vereadores, mas a  
184 casa não está sendo representada. Solicitou que a secretaria do conselho encaminhe  
185 à Câmara de Vereadores a solicitação de indicação para a vaga de suplente e avalie  
186 a falta de participação que fere ao regimento do Conselho da Cidade. Antônio  
187 Alexandre (Poder Público) acatou a sugestão e conduziu a apresentação dos  
188 representantes do Grupo de Trabalho para acompanhamento do POT, ficando as  
189 seguintes indicações: Pelos movimentos sociais: Degenildo Trajano (PREZEIS),  
190 Giancarlo Costa (MLRT), Leonardo Cisneiros (DU) e Rodrigo da Silva (Ponto de  
191 Cultura Espaço Livre do Coque) como titulares e João José da Silva (MLPC), Paulo  
192 André (OLMP), Maria Lúcia (MNLN) e Osvaldo Alexandre (CMP/PE) como suplentes.  
193 Pelas ONGS e Instituições Acadêmicas: Um representante do HABITAT, Danielle  
194 Rocha (UFPE), um representante do CAU e Sandra Pires (OAB) como titulares e  
195 Fernando Holanda (RAPS), Luis De La Mora (UFPE), um representante do IAB e  
196 Sérgio Santos (ABES/PE) como suplentes. Pelo empresariado: Sandro Guedes  
197 (ADEMI/PE) e Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) como titulares e Paulo Monteiro  
198 (CDL) e Carlos Periquito (ABIH) como suplentes. João Domingos (Poder Público)  
199 apresentou uma proposta de data para reunião do Grupo de Trabalho nos dias 14 e  
200 15 de maio, no período da tarde, devendo ser realizada na sala de reunião da  
201 SEPLAN, 5ª andar. Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu que as reuniões sejam feitas no  
202 período da manhã. João Domingos (Poder Público) se comprometeu em consultar os  
203 membros para ajustar as agendas de reunião. Socorro Leite (HABITAT) apresentou  
204 um conjunto de propostas de uma agregação denominada "Recife de Luta", que será  
205 encaminhada ao presidente do conselho e à diretoria do ICPS. Explicou que o  
206 documento possui algumas sugestões como capacitações para os conselheiros e  
207 duas conferências, por exemplo. Falou que o segundo informe é sobre o  
208 levantamento de imóveis ociosos. Expôs que contabilizaram 42 no centro da cidade  
209 do Recife. Afirmou que essas informações foram repassadas para a Prefeitura da  
210 Cidade do Recife. Propôs um processo de desdobramento, com reuniões junto ao  
211 poder público para, conjuntamente, pensar em propostas para atender essa questão.  
212 Fernando Holanda (RAPS) solicitou apoio do conselho para elaborar uma moção de  
213 repúdio à solicitação do vereador Marco Aurélio, que propôs o desligamento dos  
214 equipamentos de fiscalização eletrônica das ruas no mês de agosto. Expôs que tudo  
215 indica que a Prefeitura da Cidade do Recife está acatando. Antônio Alexandre (Poder  
216 Público) repassou a informação que esta proposta foi aprovada na Câmara Municipal,  
217 através de uma lei que estabelece o desligamento do controle de velocidade nos  
218 horários de pico. Informou que a lei veio para o Prefeito Geraldo Júlio sancionar,  
219 porém ele vetou. Explicou que o veto voltou para a Câmara de Vereadores e eles  
220 apresentaram uma proposta conciliatória, para testar o desligamento dos controles de

DR

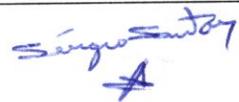
00'

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife**  
**Dia 04 de maio de 2018**

221 tráfego por um mês, de modo a provar que esse desligamento facilita o trânsito e com  
 222 isso, derrubar o veto do prefeito. Sandro Guedes (ADEMI/PE) pediu a palavra e  
 223 parabenizou a central de avaliação de projetos da Prefeitura pela agilidade, mas  
 224 requisitou uma atenção para melhoria da infraestrutura da central. Sérgio Santos  
 225 (ABES) informou que a ABES está promovendo junto com a ALEPE uma audiência  
 226 pública sobre o fechamento do lixão de Brasília. Paulo André (OLMP) informou que o  
 227 movimento nacional está realizando nos dias 5,6 e 7 de junho de 2018 uma marcha  
 228 nacional para liberação de recursos para o programa: "Minha casa, minha vida". A  
 229 reunião foi encerrada às 12h50. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria Socorro  
 230 Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes.  
 231 Recife, 04 de maio de 2018.

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Ramos (Poder Público)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público)	
Ana Maciel (CAU/PE)	
Andréa Galiza (Poder Público)	
Antônio Alexandre (Poder Público)	
Auxiliadora Pires (Poder Público)	
Cezar Lopes (Poder Público)	
Danielle Rocha (UFPE)	
Degenildo Trajano (PREZEIS)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Fernando de Holanda (RAPS)	
Giancarlo dos Lários (MLRT)	
Glória Brandão (Poder Público)	
Inamara Melo (Poder Público)	
João Domingos Azevedo (Poder Público)	


  
 Sérgio Santos



PREFEITURA DO  
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE  
Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife  
Dia 04 de maio de 2018

José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Lorena Veloso (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Maria Lúcia (MNLM)	
Maurício Pina (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Osvaldo de Amorim (CMP/PE)	
Paulo André (OLMP)	
Rafael de Biase (OAB/PE)	
Roberto Salomão (CAU/PE)	
Rodrigo Barbosa (Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque)	
Ronaldo Coelho (HABITAT)	
Sandra Nunes (Poder Público)	
Sandra Pires (OAB/PE)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE)	
Sérgio Santos (ABES)	
Sideney Schreiner (Poder Público)	
Socorro Leite (HABITAT)	
Ubiratan Augustinho (UNMP)	

Sérgio Santos

## ERRATA

Conforme solicitação da conselheira Socorro Leite (HABITAT), inclui-se ente as linhas 203 e 206, da Ata referente à 14ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade, complementam-se ao texto que a proposta, apresentada conjunto de entidades do Movimento Social, se refere ao Plano de Ordenamento Territorial – POT.

Recife, 4 de junho de 2018

Maria do Socorro Cavalcanti Albuquerque